



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Bem, isso posto, isso executado – e o Governo Federal, hoje, depende da votação do Congresso, agora, essa semana, e mais na outra semana – teremos a aprovação de todas as medidas fiscais necessárias. A geração desse superávit só vai depender da ação firme do Governo Federal. Ação firme do governo federal, os Ministros aqui presentes sabem o que quer dizer, e sabem a dificuldade que significa isso, você dizer “Não, e não e não”, àquilo que é justo. É terrível. Mas, ou se faz isso, ou não se sai da dificuldade momentânea em que nós nos encontramos.

Pois bem, tomamos uma decisão estratégica: não iríamos contar, maiormente, com o esforço dos Estados nem das estatais, para a produção desse superávit. Mantivemos o que se imaginava, que é 0,4% do PIB, de superávit, nos estados e nas estatais. E fizemos recair o peso desse esforço no Governo Federal. Estamos imaginando que 3,1% do PIB serão necessários para que nós possamos fazer o quê? Deixar de aumentar a dívida interna. Não é nem diminuir.

Nós estamos imaginando que, nos próximos três anos, vamos equalizar o valor da dívida, em termos de proporção do PIB, por volta de 44% do PIB. Isso é nada, do ponto de vista internacional. Um país como a Itália terá 120%. O Estados Unidos não têm importância, porque eles produzem papel-moeda, que é o dólar. O fato de ser potência hegemônica faz com que eles não tenham essa preocupação. Enfim, fazem papel-moeda e todo mundo acha que vale. Mas os países que não têm essa possibilidade, como a Itália, como a Espanha, têm uma dívida muitíssimo maior do que a brasileira. Só que rolam com prazos maiores e taxas de juros menores.

De qualquer maneira, se fizermos isso que estou lhes dizendo, um superávit acima de 3%, podemos parar de aumentar a nossa demanda sobre os recursos dos bancos. Podemos, portanto, ter condições para a queda da taxa de juros. Bem, esses 3,1% foram definidos por nós. É bom insistir nisso, porque vejo nos jornais, com tanta freqüência “exigências do Fundo Monetário”.

Lembro que, no dia 8 de setembro, ainda candidato a Presidente da República, fiz um discurso no Itamaraty, onde disse isso: que nós

íamos fazer um esforço fiscal para equalizar a nossa taxa de endividamento, na base de 44% do PIB nos próximos 3 anos. Não havia o Fundo Monetário em jogo. Não se trata de uma exigência externa. Trata-se de uma necessidade doméstica. Ou nós produzimos esse superávit, e então equalizamos, paramos de aumentar a dívida interna, ou não temos condições de realmente baixar, sustentavelmente, a taxa de juros. Vamos fazer isso.

O Congresso Nacional aprovou medidas duras, dificílimas. Entendo as dificuldades para que o Governo possa ter essa condição. Ocorrendo isso e havendo uma compreensão, em nível dos estados, e apesar de um ou outro estado que, naturalmente por razões, enfim, momentânea – eu espero – procura desviar a atenção do principal, que é a necessidade de equilibrar as contas públicas, imaginar que existe perseguição, retaliação do Governo Federal, com o tempo isso passa. A imensa maioria dos estados está tomando medidas consistentes, com os objetivos de mantermos as nossas contas públicas equilibradas.

Então, sou otimista quanto ao fato de que, também, as contas externas no fim do ano serão melhores do que as contas do ano passado. Estou supondo também que as taxas de juros hão de cair. Nesse momento, a taxa de juros está servindo, simplesmente, de instrumento para evitar a inflação. Não é mais para sustentar a taxa de câmbio – até porque o câmbio está flutuando – e o Governo não está usando as reservas, a não ser pontualmente para evitar volatilidade. É um pouco mais de meio milhão de dólares, que não abalam as contas externas. Porque, sim, o que está se tentando, e com muito empenho, é evitar a volta da inflação. A volta da inflação significaria, aí, sim, a desorganização de tudo que foi construído nesses cinco anos, e, entre isso tudo, o que foi construído, a capacidade de consumo da população, e sobretudo a população mais pobre. Dir-se-á mais: por que subir a taxa de juros, se a taxa de juros vai aumentar a dívida interna, se portanto a dívida interna é o responsável pelo, como o Senhor acabou de dizer, pelo desequilíbrio? Obviamente porque, nesse momento de passagem de um regime cambial para

outro regime, ou se tem uma taxa de juros que iniba os especuladores ou eles usam o dinheiro disponível para jogar contra a moeda. E não adianta fazer apelos patrióticos. Capital, alguém já disse há muitos séculos, não tem pátria.

Na verdade, o que acontece é que nós tomamos duas medidas difíceis semana passada. Uma, de enxugar a liquidez. O Banco Central obrigou os bancos a depositarem uma porcentagem de dinheiro de que eles dispõem no Banco Central. Depois, subiu a taxa de juros, porque havia muito dinheiro na mão dos bancos. Bancos no sentido amplo, setor privado. E com esse dinheiro era possível comprar dólar. E com isso forçar a baixa do real. Difícil explicar no dia-a-dia. Sobe a taxa de juros para evitar que a moeda se desvalorize e para defender, portanto, a possibilidade da transição, mas a realidade é essa. Foi por essa razão. E o efeito foi imediato. O que não quer dizer que o efeito do fim da semana passada era para se considerar como uma coisa já garantida. É preciso uma política continuada, e é indiscutível que só posso falar o que eu estou falando, a respeito de que as contas internas terão uma melhoria até o fim do ano, na suposição de que a taxa real de juros também vai ter uma queda acentuada.

Só para lhes dar um elemento, pois quero falar um pouquinho de outros assuntos, um elemento que eu acho que é importante para que se entenda o que está acontecendo. A taxa de juros no mês passado foi negativa, tornada mês a mês. Ou seja, em verdade, ao subir para 45% a taxa de juros, não se está agravando, em termos reais, a dívida interna, porque a taxa de inflação do mês passado, comparada com a taxa de juros do mês passado, anualizada, daria taxa de juros negativa.

Economia é uma ciência curiosa, uma ciência e uma prática, pois quando se pensa que se vai para um lado, vai-se para o outro, é difícil estar explicando a cada instante, e às vezes, muitas vezes, vai-se para o lado errado também. É preciso notar que isso existe e que é difícil formar um juízo. O próprio Presidente tem dificuldade em formar, embora não seja totalmente ingênuo, em matéria econômica, de tomar uma decisão em função de tantas variáveis. Mas o fato é

que está se supondo uma taxa de juros real, neste ano, substancialmente menor, que a taxa de juros real do ano passado, isso mesmo.

Nós conseguimos na votação, como espero, não tenho certeza, da CPMF, no Congresso Nacional, nesta semana. Se for determinado, como hoje será anunciado o acordo com o Fundo Monetário Internacional, se nós refizermos as linhas de financiamento de comércio externo, a situação no segundo semestre melhorará substancialmente.

Deixem-me referir-me a esses dois pontos que mencionei de passagem, a questão relativa ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. Vi, outro dia, e já até me referi a isso, numa entrevista que dei, um brilhante economista de Harvard dizendo: "Ah, o governo do Brasil devia ir diretamente aos bancos e pular o Fundo Monetário." Encontraria as portas dos bancos fechadas. São assertivas que fazem eco no meio acadêmico, mas que não têm sentido prático, queiramos ou não – e eu gostaria que fosse diferente, eu gostaria que não houvesse algumas atividades de capitais, eu gostaria que houvesse controle sobre os fluxos de capital. E tudo isso eu tenho dito e escrito muito para os Presidentes do G-7, feito conferência. Mas eu gostaria. Não é assim. Se não houver o aval do Fundo Monetário a um programa de estabilização, os bancos não emprestam dinheiro.

Nós vamos ter recursos do setor oficial. Do Fundo Monetário e de alguns países, de vinte países que estão dispostos a isso. Recursos que, hoje, na verdade, têm menor impacto, porque nós não estamos mais sustentando o câmbio. Logo, são reservas que não são para gastar, mas que tranquilizam os credores, porque dizem: "Bom, este país vai pagar as suas contas." Muito bem.

Mas, hoje, se não houver o apoio do Fundo Monetário, os bancos se retraem. Apoio do Fundo Monetário não significa o dinheiro, só o dinheiro do Fundo – que, aliás, é de nós próprios, de nós todos, dos países todos. Ele é importante, pela razão que já disse, para mostrar que temos capacidade de pagar. Mas significa mais. Significa uma espécie de aval de que os números que estou lhes dizendo aqui, 3,1% do PIB – talvez até precise de mais –, que a taxa de juros média real,

que a taxa de inflação média, lá para o fim do ano, não pode estar acima de 10%. Isso tem consistência.

O que o Fundo Monetário dá é o aval ao sistema internacional de que o programa tem consistência. O programa não é do Fundo. É nosso. Quem diz “corta aqui, corta ali”, não é um técnico estrangeiro. Ele nem olha para saber se o que estamos dizendo é verdade. É isso o que eles fazem: “É. Está certo. O governo brasileiro fez um programa que se sustenta.” E, ao dizer isso, aumenta a capacidade que nós temos de convencer os bancos para que eles financiem as nossas necessidades.

Então, por isso é que é importante o que está acontecendo hoje, neste instante, ou daqui a pouco entre Washington e Brasília, que é anunciar, como já foi feito em novembro, que o Fundo Monetário considera que a política do governo brasileiro tem viabilidade. Mas, aí, para ter viabilidade, nós precisamos que os bancos financiem a nossa exportação.

Por que a taxa do dólar permanece elevada? Permanece elevada porque, como o Governo tem reservas mas não joga no mercado para defender a moeda, não conseguiu defendê-la. Perdeu a guerra lá, em janeiro, contra especuladores, porque não joga o dinheiro. O dólar disponível é o dólar que entra. E há sempre um equilíbrio entre entrar e sair. Se compra, se paga e entra dinheiro, sob a forma de investimento direto ou sob a forma de financiamento. E o financiamento que mais se requer agora é o financiamento de curto prazo, para a soja, para o café, para a laranja, para as máquinas, para que nós possamos gerar dólar. Gerando dólar, entra mais dólar e, a pressão sobre o mercado diminui e a taxa de câmbio volta a um patamar razoável, que também não vou dizer qual seja, porque seria puro palpitar, mas é um patamar razoável – basta recordar que antes da desvalorização ninguém falava em mais de 25% de desvalorização do real.

Bem, essa operação está em marcha. A partir da aprovação do Fundo Monetário, os Ministros nossos vão fazer o *road show*, como se chama, para mostrar que é consistente o programa e que os bancos

devem voltar financiar as exportações brasileiras. Nós estamos exportando. O Banco do Brasil está financiando. O BNDES está financiando. Mas é insuficiente, porque nós exportamos mais de 50 bilhões de dólares. Então, esse é um programa de curto prazo, de médio prazo. E, no fim do ano, essas taxas estarão viradas e, portanto, há possibilidade de retomada do crescimento, sobretudo porque nós já temos uma capacidade, como eu mencionei, que foi modernizada. E porque nós aumentamos a nossa capacidade de exportação, estarão reconstituídos.

Não se trata, portanto, de uma falta de perspectiva. Trata-se de uma mudança de rumo pelas circunstâncias e, repito, que não foram escolhidas, foram impostas a partir da crise da Rússia. Mas o Brasil não vai perder o rumo. E não perder o rumo significa, basicamente, além do que eu mencionei no início, sobre nossos objetivos permanentes, em termos da nossa visão do mundo, significa crescimento econômico e bem-estar social.

Crescimento econômico. Eu gostaria – e imagino que isso acontecerá – que os Senhores todos possam participar da análise de uma coisa que se chama PPA 2000/2003. É o Plano Plurianual de Investimentos do Brasil, que define o nosso projeto de crescimento. Ouço muitas vezes: “O Brasil precisa de um projeto, não tem projeto”. Tem projeto. Os que acompanharam o Programa Brasil em Ação sabem o que foi feito nesses anos passados.

Reorganizamos a geografia econômica do Brasil. Reorganizamos os eixos do crescimento econômico. Não tenho um mapa aqui. Não quis fazer para não cansá-los. Já falo demais, mas os que se debruçarem sobre o mapa do que está sendo feito no Brasil, vão ver que nós, nos últimos quatro anos, aumentamos a capacidade de produção de energia hidrelétrica em 40%, de tudo que o Brasil já fez. Não estão prontos esses 40%, mas eles estão se completando.

Acabei de estar lá em Porto Primavera para inaugurar uma usina. Irei ao Paraná para inaugurar outra usina. Das seis máquinas geradoras de Xingó, cinco foram feitas no meu governo. Fizemos uma usina em Goiás, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina. Retomamos as bases da oferta energética.

Muitos dos Senhores foram partícipes de um outro processo importante que é o de reorganizar toda a base energética do Brasil em termos dessa concepção de América do Sul. Por isso mesmo, estamos comprando petróleo da Venezuela e da Argentina. Quando eu fui Ministro do Exterior, não se comprava uma gota. Modificamos isso para poder, realmente, integrar o espaço econômico da América do Sul.

Estamos comprando energia elétrica da Venezuela. As linhas estão sendo colocadas – fui lá ver, alguns, aqui, também – de Guri para Roraima. Fizemos o gasoduto da Bolívia para o Brasil. Estamos fazendo outros, que vêm do Sul da Argentina para Uruguaiana. Reorganizamos, portanto, num projeto de largo, as bases do crescimento da economia brasileira.

Aqui está o Almirante Arnaldo, que conhece mais do que eu a questão do petróleo. Aumentamos, fortemente, a nossa capacidade produtora de petróleo. Nós preparamos a infra-estrutura. Os portos foram modificados, os que são da Marinha e que acompanharam de perto isso sabem a tenacidade que foi necessária, para que nós repussemos – ainda não completamos – os nossos portos em condições de competitividade.

Quem sair aqui, pela baía, vai ver o porto de Sepetiba, que foi feito, está lá. Quem for ao Espírito Santo verá os esforços, na questão dos portos. Quem olha para o gás, inclusive no Espírito Santo, vai ver que nós, de Campos, estamos com geração de gás para ir para o Espírito Santo. Quem for ao Nordeste, vai ver que o gás sai da Bahia e vai até o Ceará. Porque nós estamos criando pólos de gás químico, pólos petroquímicos, pelo Brasil afora.

Por outro lado, quem for olhar o que aconteceu com os nossos rios, vai ver que nós voltamos a colocar a questão das nossas bacias hídricas, de tal maneira que elas possam ser aproveitadas. Já a soja, produzida no Centro-Oeste do Brasil, na região do Norte, sai pelo Rio Amazonas e o Rio Madeira, feito por nós – nós, que eu digo, não sou eu, é o País – nesses últimos anos de estabilização da economia.

Além do mais, estamos mexendo no Tocantins, no Araguaia, que só não avançou mais depressa por razões ecológicas. O Rio São Fran-

cisco está sendo reposto. Com o empenho do Vice-Presidente e o meu, pessoal, conseguimos fazer com que a Transnordestina fosse reinaiciada. O porto de Suape está lá, funcionando. Estamos fazendo o porto de Pecém, lá no Ceará. Estamos refazendo esses portos.

As ferrovias não só foram privatizadas e tiveram investimentos, embora ainda não no nível necessário, como eu assisti à inauguração da ponte rodoviária que liga São Paulo a Mato Grosso, para fazer a Ferronorte. E, daqui a algumas semanas, irei ao Mato Grosso, porque a ferrovia já atravessa todo o Mato Grosso do Sul e está chegando ao Alto Taquari, no Mato Grosso. Isso vai fazer com que a soja possa vir -- soja ou o que seja mais, os grãos, e o que mais seja -- possa vir com a Fepasa e sair por Santos ou sair aqui, pelo porto do Rio.

Bom, então, há toda uma reestruturação da nossa economia. Pois bem, nesse PPA 2000/2003, o BNDES já contratou dezenas de consultores -- isso faz tempo, já, simplesmente não foi anunciado, porque não era oportuno -- para que detalhassem, em nível de microrregião, os investimentos necessários para adensar esses bens e para criar novos. É o programa de investimentos do Governo, para os próximos anos.

Não são investimentos só do Governo. São públicos, são privados, são de capital nacional, são de capital estrangeiro, são de parcerias com os estados. Mas estamos projetando isso em nível de microrregião, para que possamos mostrar as oportunidades de desenvolvimento que há, no País.

Há um país em marcha, que se está refazendo, na direção do compromisso mencionado aqui, há cinquenta anos: da racionalização do país, da crença nele, na possibilidade de que o país avance, com um projeto de crescimento que não seja um projeto induzido só pelo poder político, mas que seja um projeto que possa compor o conjunto das aspirações nacionais, de tal maneira que se possa avançar.

Para isso, houve aporte vultoso de capital estrangeiro. Mas mandei fazer um estudo, pelo professor Luciano Martins. Não houve, como se diz, a desnacionalização. Nem, sequer, no setor privatizado, de infra-estrutura. O aporte do setor nacional, do setor doméstico,

foi muito grande, e a sustentação feita pelo BNDES, também, foi muito grande.

A propósito, quero lhes dizer que notícias veiculadas, sistematicamente, de que vamos privatizar a Petrobras não procedem. Tenho um compromisso com o Senado de não privatizá-la. Tenho, sim, o compromisso de transformá-la numa empresa mais competitiva, uma empresa mais capaz de atender aos problemas do País. Mas não acredito que o Brasil possa dispensar uma empresa como a Petrobras, neste momento de sua existência. Assim como são vãs as idéias relativas de: "lá se vai privatizar o Banco do Brasil". São manobras de mercado, que vão para os jornais, que dão onda política, em que alguém ganha e alguém perde. E, politicamente, quem perde é quem não quer fazer isso, e atribui-se a que se deseje.

Não é isso. Não estamos num momento em que esse tipo de medida seja construtiva. Ele pode entusiasmar operadores da Bolsa aqui e lá fora. Mas quem tem o sentido da realidade sabe, primeiro, que não é nem praticável. É, simplesmente, um fator de perturbação, enquanto temos uma série de outras ações que estão no PPA, que são públicas, são definidas por nós, têm o interesse do País e que são discutidas, abertamente, com o Congresso e com toda a sociedade.

Precisamos, portanto, não perder, com a turbulência que estamos atravessando, os objetivos maiores do País e a capacidade que este país tem, de seguir adiante. Eu dizia que uma parte importante do capital estrangeiro veio para cá – no ano passado foram mais de 20 bilhões de dólares. Mas não nos esqueçamos de que a nossa capacidade de investimento passou, nos últimos 5 anos, de 3,5% para 18,5%. Esse 18,5% do PIB significam, mais ou menos, 160 bilhões de dólares ou de reais. Comparem 160 com 20. O esforço nacional é absolutamente predominante, em todo esse processo.

Este é um país que tem recursos. E que tem, infelizmente, o gosto de pensar que não os tem e de permanecer um pouco pasmado, diante de qualquer coisa que se fale sobre os de fora, e pouco entusiasmado com o que se faz aqui dentro. Vamos nos entusiasmar com o que se faz aqui dentro.

Por fim, além de reiterar e de detalhar um pouco mais esses objetivos, aqui, temos uma estratégia. A primeira estratégia é consolidar a estabilidade econômica. A segunda é promover o desenvolvimento sustentável, para a geração de emprego e oportunidades de renda. A terceira é combater a pobreza e prover a inclusão social; consolidar e aprofundar a democracia, e por aí vai. Mas não em palavras, em termos de que projetos são, quanto custa, quem pode fazer; e não feito pelo governo, pelo BNDES, com consultores – agora, sim, vai ser debatido pelo governo e assimilado.

Mas, por fim, de tudo o que eu disse aqui, eu não mencionei neste momento, mencionei antes, as obras de infra-estrutura, que corresponde ao Governo coordenar e incentivar, para que o Brasil possa crescer. Quero lhes dizer, também, que nada disso deverá ou poderá ser feito sem dois valores fundamentais. Um, só para dizer, é a democracia. Eu acho que não se torna necessário perorar sobre ela. A não ser um ou outro tresloucado do passado, que me julgue, quando fala em renúncia minha, ou “fora FHC”, um ou outro tresloucado, que não merece muita atenção, ninguém, no Brasil, duvida da eficiência normal de uma instituição democrática, da força que tem o Congresso Nacional. Apesar de os partidos não serem fortes, o Congresso é forte. A força que tem a nossa mídia é de uma liberdade absolutamente louvável, não há país do mundo que possa comparar-se a nós. Então, esse valor existe.

Mas há um outro, que é a questão da inclusão social, que é a questão de bem-estar dos brasileiros. Apraz-me verificar, sobretudo nos meios políticos e no Congresso – isso a mídia reflete – a preocupação que aqueles que nos criticam têm quanto a programas sociais. Só se esquecem de dizer uma coisa: os programas que eles estão anunciando que estão sendo cortados – e não é verdade – são todos feitos por este governo.

O Pronaf, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi criado no meu governo. Foi criado, no começo, com 33 mil contratos de atendimento aos familiares, famílias que estão no campo. No ano passado foram 700 mil contratos, quase 700

mil contratos. Os recursos, o ano passado, creio que foram de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Este ano, serão 2 bilhões e oitocentos, com toda a crise. Dois bilhões e 800. Então, a preocupação com o Pronaf acho louvável. Mas não posso me esquecer de dizer que o Pronaf foi feito neste governo, que não olhou só a estabilidade da moeda, que não olhou só as obras de infra-estrutura, que também olhou as pessoas, tentando melhorar as condições de vida do povo.

O Fundef é o Fundo de Desenvolvimento da Educação. Vejo, freqüentemente, agora mesmo, nas discussões com os Governadores, reclamações sobre o Fundef. Por quê? Porque nós levamos a distribuição dos recursos de acordo com o nível de administração que mantém as escolas. Em certos estados, as escolas são numerosamente estaduais, em outros, municipais. Os recursos vão para cá ou para lá, de acordo com as escolas. E o Governo Federal – não tenho exatamente o número – mas são cerca de 900 milhões de reais o que custa, de aporte direto do Governo Federal para uma missão que não era dele, no sentido estrito da Constituição, mas, sim, é dele, no sentido de que, sem uma população educada, não vai haver sonhos de Brasil melhor.

Aliás, sobre a educação, ainda ontem, eu conversava com a Ruth, minha mulher, que está fazendo um programa de televisão, hoje à noite, no Roda Viva. E ela estava se informando sobre os números a respeito do que está acontecendo com as escolas no Brasil. Sobretudo no Nordeste, houve um aumento significativo do atendimento das escolas primárias e secundárias, sendo que, nas primárias, nós estamos alcançando níveis de primeiro mundo. E o aumento da participação das secundárias tem crescido. Cresceu 10%, nos últimos anos, o atendimento nas escolas secundárias.

O Fundef é fundamental. É um programa que melhorou a renda da população das áreas mais pobres, dos professores e professoras das áreas mais pobres do Brasil.

Loas – os nomes são incompreensíveis, não sei por quê. Loas é a Lei Orgânica da Assistência Social. Não existia. Existia na lei, mas não havia. Hoje, são mais de 1 bilhão de reais. Todas as pessoas de mais de setenta anos, ou as pessoas que têm problemas de deficiência física, e as

famílias que não têm renda recebem uma pensão do Estado. Dir-se-á, sempre, que é pouco. E é verdade. Diante do mar de dificuldades do Brasil, tudo é uma gota d'água no oceano. Mas, antes, não havia. E, agora, está havendo. E não está havendo corte em nenhum programa de assistência direta.

Para lhes dar um número que pouca gente sabe, mas que tem impacto – é verdade que existe um programa que é mais antigo, que é o da Previdência Rural; sou favorável a ela, a pessoa não contribui, mas vai receber; no campo tem que ser assim mesmo, porque nunca contribuíram porque não tinham condições, nós vamos ter que manter – pois bem, a transferência direta de renda via Orçamento, ou seja, dinheiro que vai dos que podem, dos que pagam imposto para os que não podem, foi 17 bilhões de reais, no ano passado. E me falam, incessantemente, de que precisamos fazer um programa de renda mínima. Nós temos vários programas de renda mínima. Dezenove bilhões de reais. É pouco? É pouco. Mas é o que o Brasil pode.

Mais um programa desses, que é o da erradicação de trabalho infantil penoso. Quem fez esse programa? Foi o meu governo. Agora, sai a notícia de que vai ser cortado. Não vai ser cortado. Apenas o Orçamento é muito complicado. Tem uma partida aqui, outra partida ali. É preciso fazer a soma. Ninguém sabe direito como é. Então, quando se olha por um lado, para criticar, se critica. É verdade que para se defender também se defende. Mas, de qualquer maneira, a decisão é de não cortar esses programas que são de atendimento direto da população.

Na saúde, o programa de Aids é o maior, o melhor – isso dito pelo diretor mundial do combate à Aids, da ONU – é o melhor programa do mundo. Custa caríssimo – caríssimo. O Brasil paga.

Dir-se-á: “Então, não vai haver cortes?” Sim, vai. Vai. Mas é preciso verificar se o corte que vai haver é no atendimento direto à população ou é no caminho para chegar lá. Essa é a questão.

Merenda escolar. “Vai cortar a merenda escolar.” Nós aumentamos o número de crianças atendidas por merenda escolar e o número de dias por ano atendidos nas escolas. Nós aumentamos o

ano letivo. Tem mais aulas nas escolas do Brasil. Portanto, mais merendas. O que aconteceu? Nos municípios chamados de Comunidade Solidária, os mais pobres, se serviam duas refeições. Acontece que criamos outros programas nesses municípios e as Prefeituras dispõem de recursos de tal maneira que o Governo Federal não precisa fornecer duas refeições. Então, aí dá para cortar, porque não está cortando a comida. Está cortando o gasto federal, porque vai haver recurso estadual. Demagogicamente dizem: "O Governo cortou merenda das criancinhas porque o FMI mandou." É preciso que a gente tenha boa-fé, conhecimento e luta, capacidade de defender e mostrar que não é assim. E, se for assim, está errado e vamos corrigir. Também dar a mão à palmatória. Onde estiver errado, damos a mão à palmatória.

Mencionei alguns programas sociais. Por isso, a mortalidade infantil caiu incessantemente, dramática, drasticamente, neste governo. Os dados do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, cuja repercussão foi menor porque os dados eram melhores, mostram que a situação social do Brasil melhorou.

Então, é falso que a estabilidade da moeda não tenha um efeito positivo na população. É falso que a reorganização do Estado, que o empenho do Estado em não gastar mais do que pode, em gastar melhor, não tenha efeito sobre a população. É falso que os esforços feitos, de abertura da economia, tenham prejudicado o setor produtivo nacional. Alguns, sim, porque eram protegidos, não se modernizavam, o custo era alto e o povo pagava. E, depois, pegavam dinheiro barato no BNDES e também não pagavam, muitas vezes, ou no Banco do Brasil. O Banco do Brasil quebrou, há dois anos. Oito bilhões custou ao Tesouro. Vinte e dois bilhões de inadimplentes. Não do meu governo, nem do governo anterior. De vários tempos. Tomavam e não pagavam. Isso não pode. Quando se vai ver: "Ah, mas estão cobrando juros daqueles coitadinhos..." Não, não, não. Não pagaram.

Então, é preciso, realmente, ter uma moralização da questão pública. E isso vai ser necessário repetir: sem moralização no Estado,

nada funciona. Um Estado que não é capaz de ter higidez de comportamento, um Estado que se baseia na propina, que os setores políticos estão tomando conta do cofre e que estão usando o cofre de uma maneira indevida, não tem como ter responsabilidade pública. Mas não é o caso. Acho que o Brasil tem um valor de democracia, um componente ético que não pode ser perdido.

Portanto, os Senhores me desculpem a falação quase em seguida, quando se fala, assim, de entusiasmo. Mas é porque continuo acreditando neste país. E posso lhes assegurar que, tendo sido reeleito – e não é pouco para um brasileiro, um brasileiro que foi professor a vida inteira, de família de classe média, pode ser até alta, mas de classe média, que não tem posses, que nunca se preocupou com posses, que não tem uma ação do que quer que seja, que não tira a gravata para falar com ninguém, não fala português errado – espero pelo menos – até, de vez em quando, lê as palavras em outra língua, e o povo vota, e vota duas vezes, me dá uma responsabilidade moral enorme. Vou continuar fazendo o possível e o impossível para que o Brasil cumpra o seu destino, que é um destino de bem-estar, de presença firme, de cabeça erguida no mundo, de cooperação com os nossos vizinhos, com os nossos aliados; mas é, sobretudo, um destino de auto-respeito.

Muito obrigado.